

Política e Economia

Coordenador da Comissão de Controle de Gastos Públicos da OAB Fala Sobre Índice

Índice Firjan mostra como prefeituras administram os recursos

publicado em 01/08/2016 às 10:00



MANZANO fala sobre a situação do Índice de Gestão Fiscal

Karla Konda

Editora Chefe

A informação de que Catanduva caiu 1.229 posições no ranking do Índice de Gestão Fiscal do Firjan repercutiu em diversos setores da cidade. O ex-secretário de desenvolvimento, emprego e relação do trabalho e coordenador da Comissão de Controle de Gastos Públicos da OAB em Catanduva, Fábio Manzano, explica como funciona a análise da pesquisa e o que ela representa para a população do município. “Quando falamos em Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), estamos tratando de como as Prefeituras administram seus recursos e como a má gestão influencia a competitividade da indústria. Em outras palavras, o IFGF revela como os tributos pagos pela sociedade são geridos, permitindo ao empresário conhecer a qualidade da gestão fiscal e saber se o município irá conseguir investir em áreas fundamentais para a indústria, como infraestrutura, inovação e logística”, afirma.

De forma resumida, trata-se da responsabilidade administrativa e de como são aplicados os recursos públicos. Catanduva caiu 1.229 posições no ranking Índice de Gestão Fiscal. Enquanto que em 2014 a cidade ocupava a 216ª posição, no ano passado o número foi para 1.445ª. Esse foi o pior resultado desde o início da série histórica que começou em 2006. O Índice que é da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) analisou 4.688 municípios.

O Índice geral classifica as cidades em quatro tipo de gestões municipais – de excelência, boa em dificuldade e crítica.

“Com relação à esse Índice Geral, de 2012 para 2015, Catanduva passou de uma Gestão de Excelência (Conceito “A”) para uma Gestão em Dificuldade (Conceito “C”). Nunca, desde o início dos estudos em 2006, tivemos uma colocação tão ruim”, pontua.

Um dos critérios analisados como mais preocupante foi o de liquidez. “O que considero ainda mais preocupante é que, em um dos critérios analisados, Catanduva tirou a nota 0 (zero), ou seja, a pior classificação possível para um município brasileiro no quesito Liquidez”.

O quesito liquidez analisa o quanto a prefeitura de Catanduva tem postergado pagamentos para o ano seguinte. “Sem a devida cobertura. Especificamente se tratando do ano de 2015, a Prefeitura de Catanduva não honrou compromissos (pagamentos) e deixou essas “dívidas” para o ano seguinte e sem a devida cobertura (dinheiro que viabilizasse esses pagamentos). Nesse quesito nossa situação é extremamente crítica, chegando a ser calamitosa, pois saímos de um índice considerado Conceito “A” (Gestão de excelência) durante todos os anos de 2006 a 2011, para um Conceito “D” (Gestão Crítica) no ano de 2015”.

Para ter uma gestão de excelência, Mazano afirma que o gestor tem de ter em mente que a Prefeitura apenas pode gastar o que ela é capaz de arrecadar.

“Essa é a essência do conceito de Responsabilidade Fiscal. É muito importante que o Prefeito não deixe compromissos firmados em um ano para serem pagos no ano seguinte, ou, pelo menos, deixe em caixa os recursos necessários para honrar esses compromissos”.

Mazano afirma ainda que é necessário reanalisar todos os gastos a partir de agora. “Enquadrando-os nas disponibilidades financeiras de nossa cidade e ainda reservando parte dessa verba para investimentos. Apesar de parecer “chover no molhado”, a Responsabilidade Fiscal de um município tem inúmeros reflexos. Quando a prefeitura honra seus compromissos em dia, automaticamente ela consegue melhores preços pelo fato do fornecedor não embutir a possibilidade de inadimplência. Por outro lado, a economia do município passa a ser fortalecida e não sofrer nenhuma interferência pela falta ou oscilação do grande fluxo de pagamentos da Prefeitura aos fornecedores, o dinheiro circula de forma natural. Por último, podemos destacar ainda que o empresário que deseja investir no município passa a sentir-se muito mais confortável e seguro, ou seja, a responsabilidade fiscal da prefeitura também é um atrativo ao aumento de empregos. Tudo está diretamente ligado”.

Ao ser questionado sobre quais medidas podem ser tomadas, o ex-secretário afirma que algumas delas já foram adotadas. “Estamos acompanhando a situação financeira e fiscal da Prefeitura há tempos. Ainda em 2015, protocolizamos, por exemplo, a representação nº 43.0718.0001785/2015-9 no Ministério Público (MP), solicitando averiguações sobre possíveis descumprimentos à Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Prefeito”.

Manzano disse ainda que também houve solicitações do Movimento Vem Pra Rua. “Solicitou apurações pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/SP) com relação ao grandioso aumento nos Gastos com Pessoal da Prefeitura e um possível desrespeito aos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 952/008/15). Já em 2016, protocolizamos a representação ao MP nº 43.0739.0003639/2016-3, em que também elencamos vários elementos que acreditávamos merecer apurações mais aprofundadas em relação à Responsabilidade Fiscal do Prefeito.

Representação

Nesse mesmo sentido, em fevereiro deste ano, também foi promovida a Representação ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/SP), solicitando apurações sobre a grande quantidade de Restos a Pagar e a possível quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, dando preferência a fornecedores específicos em detrimento de outros. “Enfim, seja através da Comissão de Controle de Gastos Públicos da OAB, com o apoio de toda a Diretoria e do presidente Marco César Gussoni, ou mesmo por meio dos próprios cidadãos, ligados ou não a movimentos populares organizados, devemos todos cumprir nossos papéis de vigilantes da coisa pública, um dos fundamentos da democracia. Particularmente acredito que a população de Catanduva deve, cada vez mais, se envolver. Já somos um exemplo para o Brasil nesse quesito, mas devemos, cada vez mais, exercer de forma mais plena possível nossa cidadania.

Tenho certeza de que a publicação dessa exagerada queda de Catanduva no índice FIRJAN de Gestão Fiscal consiste em mais um forte elemento de que, como nunca, devemos ficar atentos”

Notícia publicada no site: www.oregional.com.br

Endereço da notícia: www.oregional.com.br/2016/08/coordenador-da-comissao-de-controle-de-gastos-publicos-da-oab-fala-sobre-indice_322444